

# jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo  
Av. Engenheiro Costano Álvares, 55. Tel.: 266-7099 (PABX).



JULIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1968)

**Director Responsável**

**RUY MESQUITA**

**Directores**

José Vieira de Carvalho Mesquita  
Júlio de Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
Ruy Mesquita  
César Tácito Lopes Costa  
José M. Homem de Montes  
Oliveiros S. Ferreira

## O ensaio geral com vistas para o modelo político

O Brasil é um doente em estado pré-agônico, internado na UTI.

Seu organismo, sem condições próprias de sobrevivência, está sendo mantido vivo artificialmente. No nariz, o tubo de oxigênio; numa veia do braço, a agulha que inocula soro, já que não pode alimentar-se por via oral; e periodicamente lhe fazem uma transfusão de sangue para combater a profunda anemia.

De repente, tenta irromper no recinto da terapia intensiva um grupo de irresponsáveis, que se dizem seus amigos e inconformados com seu estado. Alegando que conhecem as causas que o levaram a esse estado e, portanto, podem salvá-lo, pretendem tirá-lo dali, suspendendo ao mesmo tempo oxigênio, soro e transfusões. E, se os médicos que cuidam do paciente, preocupados, no momento, apenas com impedir que morra — para que, eventualmente, possa mais tarde ser entregue a outra equipe que trate do seu restabelecimento total com a preocupação, até mesmo, de torná-lo ainda mais saudável do que era antes de adoecer —, não tiverem força para impedir a invasão, então o óbito será inevitável.

Força, sim, porque tentar persuadir quem está tão alienado pela paixão e pelo interesse mesquinho que já não é capaz de compreender que, dado o estado do paciente, o momento não é de perquirir causas, mas de conter os efeitos que são evidentes e assustadores, independentemente de quais sejam as causas, seria contribuir para apressar o desenlace fatal.

A imagem nos é sugerida por esse movimento de rebeldia que, evidentemente, não começou em Paulínia, vem de muito longe, pois visa um objetivo permanente de um grupo político-ideológico, incessantemente perseguido, variando apenas a tática de persegui-lo de acordo com as condições objetivas do momento, como as interpretam aqueles que dedicam a vida a persegui-lo. Não começou em Paulínia, mas teve na greve que paralisou aquela refinaria a primeira manifestação ostensiva da sua nova fase que foi esboçada na última reunião da Conclat (Conferência das Classes Trabalhadoras), quando, como dissemos em editorial de ontem, foi aprovada a tese de uma greve geral de âmbito nacional "contra a política econômica do governo". Os problemas internos do Partido dos Trabalhadores, irremediavelmente desmoralizado pelo repúdio que mereceu do eleitorado nas eleições de novembro último, e mais o decreto, absolutamente inócuo, aliás, do governo sobre a contenção das despesas das estatais foram os ingredientes que contribuíram para que os senhores Lula e Bittar entendessem que havia condições objetivas para começar o que podemos considerar como um ensaio geral para a greve geral.

O que se poderia visar com uma greve geral "contra a política econômica" do governo no momento em que o País se encontra no estado que descrevemos — com perdão da retórica — no início deste comentário? Lula e seus liderados já deram muitas demonstrações da sua incapacidade como líderes políticos e até como líderes sindicais. Mas não desprezamos as suas inteligências a ponto de acreditar que eles não têm consciência de que uma mudança de política econômica, nos termos em que eles propõem, nesta altura da nossa crise econômico-financeira, só poderia ser feita com uma modificação radical do nosso regime político. Dizia ontem um assessor do governador Montoro, tentando socorrê-lo quando mais uma vez gaguejava ao ser inquirido por repórteres sobre o que pensava da intervenção no sindicato do sr. Bittar: "Nós também somos contra o modelo econômico". Ele, também, não sabe que o que se pretende pôr em jogo neste ensaio geral não é o modelo econômico, mas sim o modelo político, mesmo porque os dois modelos se determinam mutuamente?

É exatamente porque não temos nenhum modelo político em funcionamento que também não temos nenhum modelo econômico. Tanto no plano político quanto no econômico vivemos uma praxis que ninguém sabe a que nos levará.

Se vivêssemos, já, em um sólido regime democrático, que importância teria essa provocação dos inimigos juramentados desse regime, representada pela greve, totalmente absurda pelas suas pretensas justificativas, de trabalhadores de uma refinaria? Quais são as partes envolvidas na greve de Paulínia? Os trabalhadores, de um lado, e o patrão do outro, como em qualquer greve. E a Justiça do Trabalho pairando sobre elas, para dirimir o conflito. Quem é o patrão no caso? O Estado, que o governo preside, maior acionista da empresa, representado pelo seu preposto: a diretoria. E o que teria de determinar o patrão-governo ao seu preposto quando, desde o primeiro momento, se configurou sem dúvida alguma a flagrante ilegalidade da greve? Que comunicasse aos grevistas que eles estavam demitidos e que tinham 24 horas para serem readmitidos, voltando ao trabalho. Alguém duvida de que com essa atitude o movimento iniciado em Paulínia morreria no nascedouro, em vez de alastrar-se, como está acontecendo, não só para outras refinarias, mas também para outros setores?

Em vez disso, limitou-se o governo — porque não temos um modelo político, não temos um sólido regime democrático — a decretar a ilegalidade da greve, sem nenhuma sanção aos grevistas, além da intervenção no sindicato, que serviu, aliás, para proporcionar mais uma bandeira aos baderneiros de plantão.

Agora, quando o movimento já se alastra, quando em todo o País se realizam assembleias em sindicatos que pretendem solidarizar-se com a rebeldia, como se não se tratasse disso, mas de um movimento normal de reivindicação trabalhista cerceado pela violência governamental, dispor-se-ia o governo a recorrer às medidas de emergência que a Constituição lhe proporciona. Para isso, teria o apoio de toda a opinião responsável deste país. Mas nem por isso deixaria de correr o risco de provocar um trauma social violento, risco esse que teria sido evitado se tivesse agido como devia logo no primeiro momento.

A esta altura tudo o que podemos esperar é que o governo aplique realmente as medidas de emergência que julgar necessárias, com todo o rigor e o mais rapidamente possível, para que o ensaio geral não tenha êxito e o trauma seja o menor possível. Consciente de que o que está em jogo é a possibilidade de continuarmos nos aproximando do modelo político que não temos, mas ao qual a esmagadora maioria da Nação aspira.

N. da R.: Este editorial já estava redigido quando o presidente da Petrobrás, sr. Shigeaki Ueki, anunciou em Campinas as primeiras medidas contra funcionários da empresa que aderiram à greve declarada ilegal.